Ata de Reunião do Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos do IMPAR.

Ás **09 horas e 17 minutos do dia 24 de Setembro de 2024**, convocados antecipadamente pelo OF CD nº 15 / 2024, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína para tratar sobre a seguinte pauta**: 1- Apresentação dos investimentos fechamento mês de Agosto de 2024**; Estavam presentes o Representante legal do IMPAR, Sr. Carlos Murad, Sr. Osanan Moura dos Santos - Secretário Executivo Administrativo, Sr. João Pedro Miranda dos Reis – Secretário Executivo Financeiro, Conselheiros Deliberativos Titulares: Sra. Monike da Silva Oliveira; Sra. Maria Aparecida da S. P. Pinho; Sr. Manoel Fabiano de O. Ricarte; Sr. Allen Kardec Feitosa Oliveira; Conselheiro Suplente: Petrônio Pereira dos Santos. A reunião iniciou com o presidente do Instituto Sr. Carlos Murad cumprimentando a todos, passando a palavra a Felipe representante da Sete Capital e Confiança que apresentará o relatório de investimentos. Inicia sua explanação apresentando aos membros do Conselho o cenário econômico atual. Na Zona do Euro, os PMIs de agosto foram positivos, impulsionados pelo setor de serviços francês durante as Olimpíadas, mas outras regiões, como Alemanha, enfrentaram desaceleração. A inflação está desacelerando, e o ECB pode realizar um novo corte em setembro, mantendo sua abordagem dependente de dados. Em 2024, o crescimento econômico global tem sido positivo, com destaque para o segundo trimestre. O mercado de trabalho está aquecido, pressionando os salários. A inflação permanece elevada, e o Banco Central planeja iniciar um ciclo de aperto monetário, com a Selic atingindo 12% em janeiro de 2025, salvo mudanças no cenário externo ou fiscal. Após explanação, iniciou-se o apontamento do Relatório de Investimentos das aplicações financeiras do mês **agosto do ano de 2024. O IMPAR finalizou o mês com patrimônio líquido de R$ 293.398.609,11** (duzentos e noventa e três milhões trezentos e noventa e oito mil e seiscentos e nove reais e onze centavos), que representa um crescimento de 12,60% (doze vírgula sessenta por cento) no ano. A carteira de investimentos atingiu em agosto a rentabilidade positiva de 1,06% (um vírgula seis por cento) equivalente a um ganho de R$ 3.051.187,44 (três milhões cinquenta e um mil e cento e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos). No acumulado, a rentabilidade da carteira no ano está, até o momento, em 6,53% (seis vírgula cinquenta e três por cento), representando um ganho de R$ 17.531.207,41 (dezessete milhões quinhentos e trinta e um mil e duzentos e sete reais e quarenta e um centavos), enquanto a meta atuarial (IPCA + 5,10%) acumulada é de 6,32% (seis vírgula trinta e dois por cento). Allen pede a palavra e diz que com tudo que foi explanado, conseguiu-se ir bem no que diz respeito a meta, estando próximo do que foi projetado para o ano de 2024. Destaca um ponto que inclusive já falou varias vezes sobre a importância da polarização dos fundos de investimentos. Cita que o Impar está zerado em investimentos em dólar, (fundos do

exterior). Diz entender que agora seria o momento de ter um pouco mais de exposição, mesmo que de maneira conservadora. Com relação à renda fixa diz que não entende porque tem tanta alocação massiva em título público por meio de fundo. Não ver sentido em estar pagando taxa de administração para título público já que é possível fazer cotações diretas. Felipe comenta sobre o que Allen explana, afirmando que em relação à parte de investimentos do exterior, mesmo após algumas apresentações da Caixa que existem fundos de capital protegido, mas no momento frente à rentabilidade, a consultoria Sete Capital e Confiança não indica investimento nesse tipo de ativo para que não aumente a exposição do Instituto. Em questão do título público diretamente, como o Impar não comprava há algum tempo, é necessário fazer o contato com o maior número possível de instituições financeiras para fazer cotação e posterior aquisição. João Pedro diz que realizou esse contato e as instituições ficaram de passar a questão da conta custodia com as próprias instituições, diz que vai cobrar um retorno, pois ainda não houve essa resposta. Monike comenta a fala de Allen sobre investimentos no exterior através das BDR, diz que não entende porque a consultoria não recomenda maior exposição, sendo que o que está sendo falado é em expor apenas "um pouco" para começar a diversificar até porque ano passado foi bastante comentado sobre isso. Com essa redução da taxa de juros do exterior a tendência é essas ações começarem a valorizar e performar bem. João Pedro afirma que realmente alguns conselheiros falam a respeito de investimentos no exterior, mas o Impar ouve a consultoria, e no momento eles não recomendam. Carlos Murad, afirma que é preciso saber o que o conselho deliberativo e comitê de investimentos querem de fato, mandar a sugestão para a consultoria, e ouvir a resposta deles sobre o que é viável ou não. Afirma que o Instituto está com um problema grave em um investimento sugerido pelo membro do comitê Sr. Keslon, que não aparece para retratação, assim como a XP também não entra em contato. Em sendo assim, como cada pessoa pensa de uma maneira, é importante sempre passar pelo crivo da consultoria de investimento – Sete Capital tudo que está relacionado a investimentos. Carlos continua dizendo que o erro desse investimento da XP foi pura inexperiência, falta de conhecimento, foi aprovado o investimento, porém o rito não foi seguido corretamente, apesar de ser um investimento bom e rentável, não está dentro dos padrões da previdência e agora está tendo problemas com o ministério da previdência que fez uma auditoria no Instituto. Carlos diz que agora o Impar chegou a um ponto onde os investimentos serão feitos sempre através da recomendação da assessoria, ou seja: o comitê de investimentos e conselho deliberativo analisa os fundos, discute, passa para a assessoria e a assessoria trás o resultado informando o que é bom ou ruim, se amanhã ou depois achar que essa assessoria não é boa é possível fazer a troca da assessoria, abrir espaços e fazer alinhamento. Felipe diz que o problema da auditoria como um todo, se refere aos documentos, na visão do auditor não teve transparência

no processo decisório. Na Lei 1467 um ponto de destaque é saber como foi feita a precificação da compra de um título, se o preço comprado foi justo. Felipe continua falando que saiu recentemente um parecer da secretária da previdência que nos RPPS estavam acontecendo diversos problemas nas alocações de investimentos que tem prazo para resgaste, tanto em título público, quanto em letra financeira. Nesse parecer um ponto de destaque é a necessidade de um estudo mais sério em relação à liquidez acima de dois anos, sendo importante que tenha esse estudo num prazo mais longo para não afetar os pagamentos do Instituto, reforça que documentos genéricos como L.M e cálculo atuarial não vale, impõe que o gestor faça um atestado que assegure que essa liquidez não será um problema. Então esse processo de transparência deve ser bem fundamentado para não ocorrer futuros questionamentos por parte de nenhuma auditoria. A decisão do comitê como um todo é muito importante. No processo da compra de título público normalmente a assessoria sugere, o comitê decide um valor x que acha viável e registra-se em ata. Felipe diz que a vantagem da compra direta é a opção de marcação a curva, afirma que normalmente o fundo vértice trás essa praticidade, mas pode sofrer oscilações do mercado; comenta que no momento atual, onde tem muitas incertezas de juros subindo, o cenário fiscal preocupante, não sabendo até quando, pois, com as eleições em 2026 pode prejudicar ainda mais a parte fiscal trazendo volatilidade mais alta, se a aplicação em título público direto pela opção de marcação a curva, tirando a volatilidade dos ativos, Felipe diz achar mais vantajosa principalmente pegando os próximos dois anos. Felipe sugere zerar a alocação em IMA-B, e se optar, reduzir a alocação em IPCA 2A, como foi falado em alocar em título público diretamente que é um produto atrelado a inflação, o IPCA 2A também é atrelado à inflação. Esses dois ativos citados tendem a sofrer mais com a queda de juros. A consultoria sugere reduzir consideravelmente exposição na carteira de indicadores de inflação curta e nos indicadores de inflação longa como o IMA-B zerar a posição; João Pedro solicita que seja enviado por e-mail um parecer da Sete Capital e Confiança das sugestões feitas. Allen cita a fala do presidente como sendo válida, e a importância da Sete Capital enquanto assessoria, pontua que o Instituto optará por seguir as recomendações que for feita, desse modo para que se evite a fala apenas em reunião, Allen gostaria de um parecer da Sete Capital com relação aos investimentos no exterior, nem que seja para que fique claro que a Sete não recomenda. Solicita que seja feito um parecer por escrito das razões do porquê não recomenda, ou caso repense porque sim, e quais itens. Pede que seja registrado em ata. Solicitação de manifestação da Sete Capital a respeito dos investimentos no exterior, através de um parecer Técnico. Registrado. Carlos Murad pede a palavra para reiterar sua fala no início da reunião sobre o investimento na L.F da XP, ele entende que foi uma boa aplicação, vista com bons olhos, mas o procedimento na época que foi feito, não foram os procedimentos corretos; por isso, é preciso correr atrás para organizar esses

procedimentos e formalizar. Monike pede a palavra e fala que em muitas oportunidades solicitou aos dirigentes do IMPAR documentações, como também solicitação para fazer a reunião do comitê de investimentos separado, para que o comitê analise a documentação; cita que falta gestão e a falta dessa gestão traz como reflexo o parecer dessa auditoria que precisa ser respondida para o ministério da previdência; diz que não tem nem o que falar sobre o relatório da auditoria, pois não teve acesso ao documento, o que sabe o que falado pelos outros; disse que já foi falado várias vezes sobre a compra direta, mas sempre querem apresentar oferta de produtos de banco A, B ou C, sendo que compra direta que até foi recomendada pela consultoria; disse que houve falhas na confecção de atas no passado, faltando muitos detalhes importantes; reforçou a sugestão do Manoel Fabiano sobre a disponibilidade dos áudios das reuniões, para servir como comprovação das discussões e deliberações do conselho; disse da necessidade de padronizar a análise dos produtos de investimentos, pois pode ser até um produto bom, mas precisa-se verificar se cumpre com todos os requisitos exigidos pelo Ministério; disse que o Pro-Gestão que era para ter sido implantado há tempos iria servir para padronizar tudo isso, assim como o Comitê de Investimentos que em reunião ela entendia que o comitê deveria ser criado por lei, bem como na oportunidade solicitou que o Procurador emitisse um parecer sobre a legalidade do Comitê de Investimentos, se deveria ser criado por lei ou por decreto, pois se o parecer informar que deve ser através de lei, deve ser elaborado e aprovado a criação; disse que primeiro deve ser construída a "base" do Instituto para depois ir construindo os processos, pois começar a casa por cima sem ter a base pronta, fica difícil e começam a "meter os pés pelas mãos". O Presidente Carlos diz que não há problema no Instituto, não há rombo, não há dívida e o que precisa agora é organizar; diz que o que fez até agora juntamente com a equipe foi para melhorar o instituto; diz que conversas em grupos de *Whatsapp* dos servidores colocam o Instituto para baixo, ao invés de falar que o instituto está produzindo, que têm uma equipe de excelência; diz que se há algo errado está na hora de corrigir; diz que buscou contato com o Keslon, mas sem sucesso; diz que o percursor do problema é o Keslon, que poderia ajudá-los a resolver o problema, e com ou sem ele, eles irão resolver os problemas de qualquer forma, pois não fizeram nada de errado, nem fora da lei, nada para prejudicar o instituto; diz que a Monike embora indicada pelo prefeito tem posicionamentos, em sua maioria, contrários a ele, mas que gosta do seu serviço dela e por isso ainda é mantida, pois se fosse outro (presidente) a mesma já tinha sido retirada, mas que ela faz muitos questionamentos que chegam a atrapalhar o instituto; pediu auxílio aos conselheiros para contactar o Keslon para auxiliá-los na respostas aos questionamentos do Ministério da Previdência; diz contar com o auxílio de todos para a resolução que os problemas são de todos, conselheiros, comitê, da diretoria. Monike diz que apesar de ter a indicação do prefeito ao cargo, ela está para defender o instituto.

em nenhum momento falou que era contra o prefeito, pois está (no conselho) para defender a administração e os servidores; diz que todas as atitude que tomou foi em prol do instituto, todos os apontamento foram feitos com embasamento e sempre está disponível para discutir, ajudar, mas como vai ajudar se não tem conhecimento, não tem acesso; disse que os projetos de lei encaminhados foram todos verdade, vê o reflexo que os projetos de lei podem ter no futuro do instituto; diz que expôs os fatos que são reais, e diz que vai fazer caso veja desvio de finalidade ou qualquer outra coisa errada no Instituto ou na Administração; diz que vai correr atrás dos direitos dos servidores sempre quer seja sendo conselheira, quer esteja fora, pois acredita que a transparência ajuda as coisas andarem da melhor forma possível, e sem transparência não há como opinar ou ajudar; diz que o que precisar dela para ajudar a fazer as coisas da maneira corretas ela vai fazer, e quer que o instituto seja de excelência e isso começa com os processos da maneira correta, fazer o concurso onde terão pessoas estáveis que estarão no instituto por muito tempo sabendo o que ocorre do início ao final e que estarão olhando pelo instituto; diz que quer o melhor pra todo mundo, mas muitas vezes não tem acesso a documentações embora solicite, então questiona "como ajudar", mas se colocou a disposição para sempre ajudar. João Pedro sugere que seja feito uma ata onde todos concordem que foi feito a aplicação, aprovando a compra na letra financeira da XP; acha que seja uma saída explicar que todos concordaram com a compra. Como não dar pra fazer retroativamente, faz-se com a data de hoje, e todos assinam. Allen reitera e pede que registre em ata que a partir da próxima reunião, exista uma reunião especifica do comitê de investimentos; e não mais realizadas em conjunto, pois, reuniões mistas, com as que estão acontecendo, elas abrem espaço para dúvidas; pede também que registre em ata que o conselho deliberativo solicita informações a respeito de como está o estágio de adesão ao pro-gestão, e quais os servidores que estão conduzindo esse processo de adesão. Pontua que o pro-gestão é uma das ferramentas que o ministério da previdência coloca para melhorar e avançar em termos de transparência e organização, ajudando nesse processo de alocações em investimentos. Allen diz que daqui para frente tudo pode ser alinhado e ajustado, se coloca a disposição do Instituto para ajudar na resolução da resposta à auditoria. Felipe afirma que o principal ponto destacado pelo auditor é a falta de transparência. Afirma que o processo de cotação em título público deve ser feito quando realmente for fazer a compra, porque diferente de uma cotação de uma instituição pública, as cotações variam; sugere colocar em pauta se todos os membros concordam de fazer a aplicação no valor "tal", no produto "tal", com uma taxa "tal", definido todos os pontos e se aprovado esta realocação, ai sim deve-se solicitar a cotação; pois salvo engano, em reuniões anteriores foi sugerido a aplicação, ficou de se fazer a cotação mas não ficou definido nada especificamente, apenas na última reunião que ficou um pouco melhor definido, mas sem definição

de valor, percentual, de onde vai tirar, qual o vencimento do título público vai ficar; então mesmo que tenha reunião conjunta, ao final deve-se deixar decidido a alocação que será feita (aprovada). João Pedro pede que sejam definidos valores para que seja feito essa cotação. Allen sugere que seja feito um relatório com a recomendação da consultoria de qual produto será feito o (desinvestimento) para se fazer uma nova realocação, para que isso fique bem justificado, porque se saiu de um fundo e está se fazendo a realocação, os benefícios da aplicação direta, para ficar tudo resguardado. Felipe diz que até fez um Parecer sobre os Títulos Públicos e não sabe se todos tiveram acesso, mas que teve a sugestão de que seja realocado em torno de 58 milhões, cerca de 20% do patrimônio do Instituto, mas é uma sugestão da assessoria, cabendo a decisão final do conselho, mas que fique registrado em ata que foi decisão de todos essa alocação. João Pedro reforça a necessidade de realizar o estudo, de onde vai ser feita as migrações, se do IRFM-1, IDKA ou IMA-B, para ser ter noção dos valores das cotações. Felipe informa que irá atualizar o relatório com essas sugestões e repassará as informações. Fica decidido que seja feito o estudo com relação a essas realocações por parte da Sete Capital, com o estudo em mãos, o comitê e conselho juntamente com a diretoria analisará e tomará sua decisão. Para finalizar Monike pergunta como está o andamento do processo das empresas que irá fazer a auditoria da reavaliação atuarial, pergunta-se foram enviados e-mails as empresas? Maria Emília do controle interno afirma que não existe nenhum documento por parte do conselho deliberativo solicitando tal demanda, pois precisa disso para formalizar a demanda. Monike esclarece que desde maio o conselho mandou sobre a auditoria da reavaliação atuarial, foi falado, registrado em ata decidido, cobrado novamente, e agora quer saber como está o processo, que inclusive tem até um ofício de maio solicitando a auditoria, e desde então está reiteradamente cobrando, bem como foi solicitado dar ampla ciência dos fatos ao Procurador designado para o Impar, e reclama que a Gestão do IMPAR está engavetando e está sem solução. Maria Emília afirma que não chegou nada ao setor competente sobre a demanda, pois precisa ser formalizada no setor de compras; a diretoria deve passar ao setor competente, e ai abre-se o processo administrativo de dispensa eletrônica, para que a partir desse momento inicie a cotação, termo de referência, inclusão de PCA, e aguarda chegar a demanda ao setor competente. Osanan esclarece que todos os anos faz o plano de compras anual do que vai acontecer e esta demanda do conselho não estava neste plano e precisa figurar na relação, não podendo fazer nenhuma contratação fora do que está autorizado lá, e agora está na hora de fazer do ano seguinte e vai ser a hora que isso será colocado, coisas adicionais fora do plano não são feitas, por exemplo, se o computador queimar, não podem comprar outro pois não está no plano de contratação. Monike diz estão impondo dificuldades para fazer o que conselho está pedindo; disse que então seja feito a recomendação por escrito para o conselho de que "não será possível

fazer a auditoria na reavaliação atuarial por tais e tais motivos", para que isso seja encaminhado para outro Órgão que seja; disse que todas as análises tem sido feitas encima de uma reavaliação que o conselho acha que está errada, eles fizeram outra avaliação, que o conselho analisou, que discutiu a justificativa dele, o conselho analisou mas pediu que fosse encaminhados aos conselheiros por email ou por whatssap a resposta para que pudesse analisar a reavaliação 5 com as resposta apresentadas; recomenda que não seja a mesma empresa que faça a reavaliação do próximo ano devido à quantidade de erros encontrados, não ver sustentabilidade, e a auditoria justamente é uma forma de embasar o fundamento de não querer a mesma empresa na realização da reavaliação; disse que a reavaliação é algo sério e que fundamentou a lei aprovada. Maria Emília disse que vai aguardar o envio da demanda pelo Osanan para fazer o que for necessário, a auditoria e a reavaliação atuarial do próximo ano. Monike lembrou que havia sido debatido a cotação do estudo de viabilidade do Centro de Convenções e acha que também no processo. João Pedro disse que isso não foi adiante, pois o Centro de Convenções ainda não estava concluído. Monike disse que existem demandas que surgirão no decorrer do tempo e precisarão ser solucionadas, pois não há como adivinhar se no ano seguinte irá ter uma auditoria. Maria Emília disse que em relação a auditoria irá verificar a questão do recurso pois fecharam o plano anual de contratações em cima do que tinham disponível e se tiver como fazer ou não fazer será cientificado ao conselho formalmente. Monike reitera o pedido para que seja enviada a reavaliação atuarial na versão 05, juntamente com a resposta do atuário para que analisar e confrontar. Maria Emília informa que todos os processos desde o início do ano são por dispensa eletrônica e barrar a participação de uma empresa não pode ser feita, por causa da dispensa eletrônica, a não ser que se abra um processo para tornar a empresa não participativa, e para isso o Impar ainda não tem o embasamento para fazer tal processo; portanto será feita uma dispensa eletrônica que quem tiver lá, tiver preço e realizar o serviço irá vencer. Monike diz que quer a maior legalidade, se a lei permite que ela participe, ninguém vai barrar. O Sr. Manoel Fabiano disse que discorda escolha da atual empresa que fez a reavaliação, pois na sua visão ela não goza de credibilidade, fundamentando-se nas 5 versões que foram feitas, com erros grosseiros, não traz credibilidade para fazer a reavaliação do ponto de vista da necessidade do instituto; diz que ainda que o processo licitatório seja aberto a quem interesse participar, seria interessante ter algo que respalde o barramento da empresa, e não ser algo só da conclusão da cabeça dos conselheiros, até pela assunção de culpa de ter usado apenas parte da lei, ela não tem credibilidade para realizar a próxima reavaliação atuarial. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião que será assinada pelos presentes:

Carlos Murad _____

João Pedro Miranda dos Reis_____

Osanan Moura dos Santos_____

Petrônio Pereira de Sousa_____

Monike da Silva Oliveira_____

Manoel Fabiano de O. Ricarte_____

Maria Aparecida da S. P. Pinho_____

Allen Kardec Feitosa Oliveira_____